



**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO DA
RESERVA EXTRATIVISTA DE CANAVIEIRAS – CDRC**

Associação dos Pescadores e Agricultores de Campinhos (APAC), 23/08/2019.

Estiveram presentes 20 conselheiros e conselheiras, representando 18 organizações membro, e 38 ouvintes e convidados, conforme lista de presença em anexo

PAUTA

- **Empreendimento de valas na região dos Campinhos;**
- **O que ocorrer;**

DESENVOLVIMENTO

09:30h: ABERTURA - Abertura da reunião realizada pelo presidente da APAC, Jailton com uma oração e apelo a comunidade para estar atentos.

Ronaldo coloca que a comunidade demandou a discussão sobre o que está acontecendo na região dos brejos de Campinhos, referente ao empreendimento de abertura de valas. O CDRC acatou a decisão da comunidade e encaminhou a presente reunião. Este é um instrumento de gestão ambiental mas também de gestão comunitária. A UC pertence a toda comunidade brasileira, e a União reconhece a população tradicional como o público alvo desta RESEX.

Lideranças comunitárias relatam a gravidade da situação e dão exemplos pelo Brasil de problemas semelhantes que levaram a remoção de comunidades inteiras.

Raimundo (ICMBio) - Faz repasse sobre a operação de fiscalização que aconteceu no domingo do dia dos pais. Sobre a área total, informa que 80% do empreendimento proposto está dentro da RESEX, e os demais 20% fora. A SEMA de Belmonte, que emitiu a autorização para o empreendimento, foi notificada pelo ICMBio e disse que participariam hoje da reunião, porém não vieram.

Inicialmente foi descoberto que o empreendimento tem 5 km de vala principal, e 5 km de valas secundárias, totalizando 10 km de vala de 1,5 metro de profundidade por 2 metros de largura. O ICMBio e CDRC deveria ser consultado e não foram. O risco do empreendimento é a drenagem das áreas e o esgotamento da água doce. O projeto não reconhece a comunidade e os impactos que a drenagem causarão para a população local. Com a drenagem, haverá



Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras – BA

um desequilíbrio hídrico.

Ronaldo (ICMBio) - O ICMBio notificou a SEMA de Belmonte, solicitando cancelamento da autorização, porém a mesma não foi feita dentro do prazo que já venceu. Foi apresentado uma série de documentos, os empreendedores fizeram o CEFIR junto ao Estado BA, um documento que é auto-declaratório. O INEMA emitiu licença para atividade de pecuária extensiva em uma das propriedades. Ao analisarem a licença do INEMA, fica claro que o empreendimento não respeita as exigências da própria licença.

Elder Pedreira (ECOTUBA) comenta que qualquer atividade no Rio Jequitinhonha, que é um rio federal, o licenciamento compete ao IBAMA. A água salgada, independente da porcentagem, irá tornar a água potável inapropriada para o consumo. O CEFIR é um documento auto-declaratório, e o empreendedor então negligencia as informações, colocando no documento apenas o que lhe interessa declarar. Sugere que o ICMBio questione o CEFIR, anulando o mesmo, visto que cada cadastro traz uma série de recomendações.

Ronaldo (ICMBio) – Relembra a grande incidência de fogo no começo do ano. Conta que o ICMBio recebeu uma imagem de satélite de fevereiro a março, com os focos de incêndio que coincidem com a área do empreendimento.

Carlos (CONFREM) – Coloca que os representantes da AMEX foram os primeiros a serem procurados para denunciar essa situação, que é semelhante ao que ia acontecer na Barra Velha e na Atalaia, ambas situações só não avançaram porque a comunidade se mobilizou. Mas eles operam cooptando a comunidade e oferecendo emprego, e alerta que é preciso estarmos atentos. Estão cientes das ameaças feitas à algumas lideranças dos Campinhos.

Diego (Câmara Municipal de Canavieiras) – informa que apresentou requerimento à Câmara para que a Prefeitura de Canavieiras se manifeste por parte do empreendimento estar em Canavieiras e ter sido licenciado pela Prefeitura de Belmonte, além do fato de estar em área da RESEX. Apresenta os documentos que protocolou no Ministério Público Estadual em Porto Seguro. Se coloca ao lado da comunidade e fortalece a ideia de que será a comunidade engajada que poderá conquistar o embargo desse empreendimento.

Otacilio (Campinhos) – Afirma, “acho que sou o que mais conhece essas áreas de brejo. Aqui não tinha donos, quando algumas pessoas venderam seus fundos de terra (mesmo sem serem donos), veio um atravessador de terras para os carcinicultores, cercando áreas, inclusive as minhas”.

Carlos (CONFREM) – faz proposta de encaminhamento, complementar a moção feita em Oiticica, adicionando os outros elementos colocados aqui, e direcionar a moção de repúdio



Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista de Canavieiras – BA

para a Prefeitura de Belmonte por ter licenciado, ao governo do Estado por ter dado os títulos de terra sem consultar a comunidade, e ao INEMA por ter dado autorização de atividade pecuária, numa área onde não tinha pecuária, por não ter colocado no CEFIR que essa área é uma área coletiva, de uso da comunidade. Pede que seja uma moção de repúdio e tomada de providências. Pede que os presentes autorizem que o documento vá assinado por todas as associações/instituições. Pede que o ICMBio encaminhe para os destinatários, que Diego divulgue na Câmara, que as Colônias levem para as reuniões mensais. Solicita ao professor Elder que escreva um documento técnico sobre a importância da área para o ambiente como todo e principalmente para a comunidade; Solicita que seja anexado as informações das queimadas. Solicita que seja direcionado também para a Polícia Militar e Polícia Federal, para investigar as ameaças que estão sendo feitas, para a tomada de providências e averiguação os fatos.

2. O que ocorrer: construção de moradia.

Ronaldo coloca que estão recebendo no escritório do ICMBio pessoas que são nativos da região e estão solicitando autorização para construir moradia na comunidade de Campinhos. Lembra que a norma criada pela própria comunidade e incorporada nas regras da UC, indica que ao retornar, a pessoa precisa buscar a associação local e a AMEX informando seu interesse de retomada. A CT de autorização direta só pode dar o aval após o rito. O Sr. Hermógenes, nativo de Campinhos, manifesta-se como sendo um desses casos.

Carlos lembra que a regra foi construída e aprovada pelos comunitários, principalmente pensando que agora muita gente quer voltar pra RESEX. Aponta que é preciso de um processo que avalie quem quer voltar mesmo residir, ou pegar uma terra para depois revender para gente de fora. Por isso foi definido que é a comunidade, a associação local, a primeira a manifestar apoio. É preciso respeitar o rito.

Encaminhamentos:

- **Realizar adendos a moção aprovada na reunião ordinária em Oiticica e direcionada a Prefeitura de Belmonte e SEMA, INEMA, PM e PF, Ministério Público Estadual e Federal, Câmara de Vereadores de Canavieiras e ao CDA (Coordenação de Desenvolvimento Agrário do Estado da Bahia).**
- **Dar encaminhamento ao procedimento de fiscalização.**